

EDUCAÇÃO E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICAS

Bruna Franchetto, Marcus Maia (UFRJ/CNPq)

O tema deste número 13, vol. 1, da Revista Linguística é “Educação e Revitalização Linguísticas”, título homônimo do curso transversal LEF827, oferecido no segundo semestre de 2016 para alunos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Linguística (POSLING-UFRJ). O curso foi realizado em cooperação entre os professores Bruna Franchetto, Aniela Improta França, Kristine Stenzel e Marcus Maia, do POSLING-UFRJ e os professores Peter Petrucci, Arianna Berardi-Wiltshire, Beatrice Mari Ropata e Krystal Te Rina Warren, da Massey University, Nova Zelândia, por força do acordo de cooperação acadêmica firmado entre as duas universidades em 2016. Iniciativa pioneira no POSLING, o curso pretendeu desenvolver reflexão integrada sobre duas questões que colocam desafios translacionais urgentes para a Linguística: a crise no ensino de língua na educação básica e a questão da manutenção e revitalização de línguas indígenas ditas em perigo de desaparecimento. O elenco de questões abordadas nas 15 aulas do curso, bem como *handouts*, slides, textos e referências relevantes para cada uma das aulas pode ser acessado no link <http://maiamarcus8.wixsite.com/lef827revitalization>.

A revista inicia com duas entrevistas. As trajetórias exemplares de duas linguistas de gerações distintas e devotadas ao estudo de línguas indígenas no Brasil estão em cena nestas entrevistas realizadas com Lucy Seki e Ana Vilacy Galúcio. Perseverança e paixão atravessam ambas as biografias, onde vida e trabalho se entrelaçam. Os percalços, sucessos e insucessos encontrados e enfrentados por Seki e Galúcio são compartilhados por muitos colegas que trilham o mesmo caminho e são lições para os jovens, em número ainda reduzido, mas que esperamos aumente para as muitas tarefas e desafios da pesquisa de línguas indígenas no Brasil. Nossas entrevistadas falam da busca e do encantamento, bem como dos acidentes do acaso, que as levaram a iniciar sua formação. Falam, também, de suas experiências com documentação, educação e revitalização, em tempos, encontros e instituições diferentes.

O presente número reúne, além das duas entrevistas, uma resenha crítica, um *squib* e dezesseis artigos que discutem diferentes aspectos das duas questões aludidas acima.

O livro *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*, organizado por Peter Austin e Julia Sallabank e publicado em 2011, é uma referência indiscutível para os interessados em iniciar um trabalho de revitalização linguística. Como diz Suzi Lima, autora da resenha crítica, o leitor do livro é introduzido ao “já vasto campo de teorias, metodologias, pesquisas e experiências associadas ao universo das línguas minoritárias e ameaçadas”. Lima salienta a qualidade didática dos artigos, incluídos no *Handbook*, que abordam “tanto questões técnicas inerentes aos processos de documentação e revitalização, quanto reflexões e possíveis soluções relativas a um conjunto de problemas que afloram da natureza do trabalho e da interação de aspectos linguísticos com fatores culturais e sócio-políticos”.

A crise no ensino de língua na educação básica e o potencial de enfrentá-la com instrumental teórico e metodológico da Linguística, é tratada no *squib* de Maya Honda & Wayne O’Neal, no artigo de Rodolfo Ilari & Renato Basso e no de Mariana Fonseca. Em seu *squib*, escrito especialmente para a Revista Linguística, os pesquisadores Maya Honda e Wayne O’Neal refletem criticamente sobre o programa de pesquisa translacional iniciado por eles no início da década de 1990 nos Estados Unidos. A proposta de Honda e O’Neal foi a de investigar a natureza do que Chomsky (1988) denomina de “*science forming capacity*”, que seria o sistema ou conjunto de sistemas cognitivos inatos, desenvolvidos no curso da evolução, que permite à espécie humana a construção de conhecimento teórico e de estratégias de resolução de problemas a partir de evidências limitadas. A hipótese em que o trabalho de Honda e O’Neal se baseou foi a de que essa capacidade científica, disponível para todos nós em virtude da nossa própria natureza, poderia ser ativada através da concepção e prática de diferentes aspectos teóricos e metodológicos da ciência linguística, tomados como ferramenta epistêmica fundadora e estruturadora de categorias. A pesquisa científica sobre a linguagem ofereceria, portanto, uma oportunidade única de desenvolvimento desta capacidade, podendo contribuir com suas diferentes teorias, técnicas e metodologias funcionando como verdadeiras ferramentas epistêmicas a serem utilizadas no desenvolvimento de capacidades básicas de raciocínio – observação de dados, generalizações, formulação de hipóteses, avaliação de dados linguísticos e de teorias explanatórias, articulação de enunciados, com impacto direto na capacidade de raciocínio verbal e de expressão oral e escrita dos alunos.

É interessante notar que a questão da revitalização de línguas indígenas também está presente nesse trabalho de letramento linguístico desenvolvido pelos autores. Honda e O’Neal também desenvolveram oficinas de educação e revitalização linguísticas, em que participaram falantes de línguas indígenas norte-americanas (Cherokee, Navajo, Tohono O’odham, Sahaptin) que, como relatado no artigo, engajaram-se entusiasmadamente nas atividades linguísticas oferecidas e acabaram por desenvolver por iniciativa própria, problemas sobre a formação de plural e de perguntas em suas línguas. Experiências como estas são inspiradoras e vale registrar que, no Brasil, uma experiência similar foi também desenvolvida, entre 2001 e 2007, nos primeiros anos do curso de Licenciatura Indígena da Universidade Estadual de Mato Grosso, quando a equipe de linguistas atuou como formadores de professores pesquisadores de mais de trinta etnias, falantes de cerca de trinta línguas, através de um ensino dinâmico e interativo dos fundamentos da Linguística (cf. Maia, Franchetto, Storto & Sandalo, 2002). Diversos dos trabalhos de fim de curso da primeira turma de formados revelaram

também descobertas e o entusiasmo dos alunos, que, pela primeira vez, encontraram a fonética, a fonologia, a morfologia e a sintaxe no estudo de suas línguas, bem como a complexidade das artes verbais indígenas, geralmente ocultas numa literatura ‘indígena’ de marco missionário e redutora (cf. Franchetto, 2003; 2010). Outros dois produtos resultantes desse empreendimento inovador foram o livro “Manual de Linguística – subsídios para a formação de professores indígenas na área da linguagem” (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=646-vol15vias04web-pdf&Itemid=30192) e o livro “Aprendendo Linguística no Terceiro Grau Indígena”, este último reunindo uma coleção inédita de exercícios sobre as línguas presentes na licenciatura indígena da UNEMAT, preparados com a participação ativa dos alunos indígenas.

O artigo de Rodolfo Ilari e Renato Basso, intitulado “O letramento linguístico de Maya Honda e o contexto brasileiro: um breve percurso histórico” inicia e conclui pela “proposta ambiciosa” de Maya Honda e Wayne O’Neal que, conforme revisamos acima, vê no estudo da língua natural uma oportunidade para dar início à educação científica em sentido amplo. Os autores avaliam que esse empreendimento é viável, podendo contribuir efetivamente para melhorar o ensino de língua nas escolas brasileiras. Passam, então, a rever criticamente a história da relação entre o conhecimento linguístico e seu uso em sala de aula no Brasil, conduzindo o leitor através de um percurso de mais de meio século, que inicia com Mattoso Câmara Jr, na década de 1950, passando pelas correntes funcionalista e gerativista, para retornar, então, às propostas de letramento linguístico de Honda & O’Neal, após haver demonstrado que “muita coisa já mudou para melhor, com relação à imagem da língua portuguesa falada no Brasil, sua descrição, e estratégias pedagógicas, em boa medida por conta de avanços nos estudos linguísticos.”

O artigo de Fonseca também se alinha em sentido amplo com a proposta de letramento linguístico, mas assume um viés específico, qual seja, o de “defender a necessidade de uma preparação para o ensino de leitura embasada no desenvolvimento da consciência fonológica com início na educação infantil”. A autora procura, então, demonstrar como a chamada consciência fonológica - desde a consciência silábica até a consciência fonêmica - é requisito fundamental para o desenvolvimento efetivo da competência leitora, concluindo que o seu não desenvolvimento desde cedo é, em larga medida, responsável pelos indicadores negativos recebidos pelos estudantes brasileiros em exames de aferição da leitura nacionais e internacionais.

A questão da educação linguística em populações indígenas minoritárias e de possíveis ações de remediação e revitalização é abordada de diferentes ângulos em 14 artigos neste número da Revista Linguística. Como avaliado por Lenore Grenoble em comunicação na *First International Conference on Revitalization of Indigenous and Minoritized Languages*, realizada em Barcelona, em abril de 2017, em um mundo cada vez mais homogêneo, a afirmação das diferenças entre povos e línguas é um gesto de resistência ao enfraquecimento da diversidade que, em última análise, compromete a segurança, a saúde e o bem-estar de indivíduos e coletivos. Os artigos aqui reunidos, portanto, pretendem contribuir para a afirmação da diversidade, apresentando relatos e reflexões críticas sobre ações de educação e de revitalização linguísticas em curso em diferentes comunidades indígenas no

Brasil, na Argentina, no México, na Austrália e na Nova Zelândia, que possam ser inspiradoras para o desenvolvimento de novas ações em prol da vitalidade linguística e cultural do mundo.

O artigo de Amaral, Gomes, Autuori e Martins realiza um exercício exemplar de interdisciplinaridade na preparação de um livro de alfabetização Sanöma (Yanomami), verdadeiramente lançando as bases de um programa integrado de cooperação entre educadores, linguistas e antropólogos, fundamental para permitir a inserção apropriada da língua escrita em comunidades indígenas. Após uma revisão dos aspectos relevantes do contexto sociocultural e educacional da população indígena Sanöma, os autores empreendem uma reflexão de natureza linguístico-cognitiva sobre o processo de alfabetização, discutindo entre outras questões as operações e habilidades que caracterizam um bom leitor, entre as quais a consciência fonológica, analisada também no artigo de Fonseca, neste número da Revista Linguística. Reconhecendo que os “(pre)conceitos sobre o desenvolvimento linguístico e as habilidades de leitura necessárias estão baseados em uma visão ocidental”, os autores se propõem, no entanto, que se enfrente, em novas bases, o desafio de utilizar conceitos universais do desenvolvimento linguístico em interface com o contexto etnográfico específico de cada povo, de modo a permitir a implementação abrangente de práticas educacionais adequadas em comunidades indígenas.

Duas experiências brasileiras muito recentes, em que tem sido colocada em prática a estreita relação entre educação (escolar e universitária), documentação e fortalecimento ou revitalização de línguas nativas, minoritárias e ameaçadas, são relatadas nos artigos de Vlcek e de Campetela et al. Adentramos o extremo noroeste e o extremo nordeste amazônicos, áreas de fronteira. No artigo “Documentação e revitalização: experiências de parceria junto à escola diferenciada Utapinozona-Tuyuka”, Vlcek, em campo na região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, mostra como uma efetiva colaboração entre o linguista, pesquisador externo à comunidade indígena, e pesquisadores locais, membros da comunidade, pode levar a reconfigurações, inesperadas e bem mais eficazes, de objetivos e resultados. Quando a meta compartilhada é situar a língua indígena no centro de atividades guiadas por uma soma harmônica de conhecimentos e sensibilidades, competência, respeito e capacidade de (auto)crítica são as qualidades exigidas do linguista.

Na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, um pequeno grupo de quatro jovens linguistas (três deles egressos do POSLING-UFRJ) está conseguindo renovar fundamentos, métodos e práticas da formação de professores indígenas. Trata-se do curso de Licenciatura Indígena do campus binacional do Oiapoque, Universidade Federal do Amapá. No artigo “Documentação linguística, pesquisa e ensino; revitalização no contexto indígena do norte do Amapá”, Campetela, Romling, Barros e Santos relatam os primeiros resultados de uma experimentação didática, solidamente ancorada no tripé ‘documentação, pesquisa e revitalização’ e na concepção e condução de projetos colaborativos. Dentre as etnias e línguas contempladas no curso, os autores focam a presença de Palikur, Karipuna e Galibi-Marworno e os projetos que afetam positivamente sua autoestima linguística, étnica e cultural. Destaca-se o primeiro projeto de documentação e ensino do Kheuól, a única língua crioula falada no Brasil e até muito recentemente marginalizada, estigmatizada e completamente ausente do sistema educacional, apesar de ser a primeira língua de Karipuna e Galibi-Marworno e a segunda língua de muitos Palikur.

Ao falarmos de línguas indígenas, é quase inevitável imaginar comunidades, mais ou menos pequenas, no meio da selva, longe de qualquer cidade. A realidade é outra, hoje. A população indígena urbana é um fenômeno real, atual e em pleno crescimento, como atestado pelo último censo realizado pelo IBGE em 2010 (e já se passaram alguns anos). Shulist, em “A tale of two languages: indigenous languages education and ideologies in an urban context”, nos leva para São Gabriel da Cachoeira, uma das principais cidades indígenas amazônicas e exemplo pouco conhecido de cidade multilíngue, e onde três línguas indígenas foram co-oficializadas, ao lado, digamos, do Português. O intento foi louvável e bem-vindo e já há outros (poucos) casos de co-oficialização em outros municípios brasileiros, mas contradições e impasses são evidentes e documentáveis, sobretudo no que concerne sua implementação concreta. A autora discute a constelação de ideologias embutidas na concepção e recepção de certa política linguística oficial e, mais ainda, os problemas subestimados que decorrem da presença ou revitalização das línguas indígenas nas escolas urbanas. A reflexão lúcida e fundamentada de Shulist é uma contribuição crítica inédita, pelo menos no Brasil, que não pode ser ignorada. Focando os casos do Nheengatu, uma das línguas co-oficializadas, e do Kotiria, língua excluída da co-oficialização, a análise da educação real em escolas de aldeia e em escolas urbanas, em uma cidade na qual os alunos são, muitas vezes, majoritariamente indígenas, alerta para uma retórica e práticas que não se traduzem em inclusão e revitalização.

O próximo artigo nos leva ao México, para conhecer uma experiência bem-sucedida em que atividades artísticas e lúdicas têm contribuído para o empoderamento dos falantes de línguas indígenas. Em seu artigo “Performing for the future. The power of arts and the media in language revitalization”, Jose Antonio Flores Farfán apresenta o “*Projecto de Revitalización, Mantenimiento y Desarrollo Lingüístico y Cultural*”, que vem sendo desenvolvido no México há cerca de vinte anos por equipes interculturais, através de uma metodologia que Flores Farfán denomina de modelo participativo relacional. O objetivo principal do projeto é aproximar documentação e revitalização linguísticas. Produziram-se 20 livros nas línguas indígenas Nahuatl, Yucatec Maya, Ñu Savi (Mixtec), and Hñahnu (Otomi), vários dos quais foram adotados pelo sistema escolar nacional, já se havendo editado cerca de 300 mil volumes desses materiais. Flores Farfán revisa as abordagens teóricas nas quais o projeto tem se inspirado, tais como, entre outros, a “linguística comprometida” de Hale, a “linguística preventiva” de Crystal, bem como a Sociolinguística teórica e prática dos Catalães e dos Bascos, para definir a abordagem do projeto mexicano como de “sociolinguística militante ou ativista”. Parte fundamental do projeto são as oficinas que vêm sendo realizadas com as comunidades indígenas, incluindo as crianças. Essas oficinas são concebidas como lugares de criação inovadora das línguas indígenas, podendo, por exemplo, serem iniciadas por exposições de filmes produzidos sobre diferentes aspectos das culturas indígenas e narrados nas diversas línguas indígenas. A partir da exibição desses filmes, uma série de atividades lúdicas e artísticas acaba por deflagrar a participação espontânea e entusiasmada das crianças e seus familiares, constituindo-se em exercícios de empoderamento e revitalização linguístico-cultural que Flores Farfán avalia, ao final, como um verdadeiro empreendimento de Antropologia Pública ou Linguística Popular.

Em “Revitalização de Línguas Indígenas no Brasil: o caso dos Apyãwa”, Eunice Dias de Paula e Josimar Xawapare’yimi Tapirapé, também relatam experiências, no Brasil, que reúnem professores,

alunos e a comunidade indígena. O artigo inicia por uma reflexão sobre o quadro mais amplo das ameaças que se colocam para as línguas indígenas no mundo globalizado, para fazer, em seguida, um breve histórico do povo Apyãwa, passando-se a relatar as atividades empreendidas na escola Tapirapé, em resposta ao “sentimento de inquietação” da comunidade quanto ao futuro de sua língua. Os esforços dos professores Tapirapé para manter a sua língua exemplificam verdadeiras micropolíticas de preservação linguística - ações possíveis desenvolvidas no âmbito da própria comunidade indígena (*grassroots*) - , que podem inspirar outras ações a serem adotadas por outros povos indígenas. Entre outras práticas, descrevem-se exercícios de identificação de vocábulos equivalentes em Tapirapé para termos em português, a criação de novas palavras, a pesquisa junto aos mais velhos, o desenvolvimento de dicionários temáticos em Tapirapé, atividades com músicas, criação de histórias em quadrinho, exemplificando-se algumas dessas práticas com ilustrações do acervo pessoal do Professor Jeremyi e de materiais didáticos efetivamente elaborados. Avaliando seu trabalho, os autores concluem que “é possível desenvolver experiências exitosas, articulando a escola e a comunidade”.

Em “Resistência e Retomada da Língua e do Patrimônio Cultural Karajá em Buridina”, Maria do Socorro Pimentel da Silva apresenta o Projeto de Educação e Cultura Indígena Maurehi, iniciado na aldeia Karajá de Buridina (GO), em 1993. Denominado a partir do nome de um cacique Karajá que propugnava a retomada da língua e da cultura da etnia, o projeto se desenvolve em contexto de bilinguismo subtrativo, em que as crianças indígenas só podiam contar com escola fora da aldeia “de base monolíngue, monocultural e monoepistêmica”, como avalia a autora. As grandes metas do projeto foram, portanto, a reconstituição dos lugares epistêmicos Karajá, criando-se uma escola que pudesse incentivar o uso da língua, além de afirmar a cultura indígena através do restabelecimento do contato com outras aldeias da etnia. No âmbito do Projeto Maurehi foram, efetivamente, não só criados uma escola e um centro cultural, como também desenvolvido programas de formação de professores. Avaliando várias ações que foram se agregando à proposta inicial do Projeto Maurehi, a autora conclui que a valorização da autoestima dos indígenas de Buridina foi o mais importante resultado alcançado pelo projeto.

O artigo de Hetch e Messineo examina as políticas de educação intercultural bilíngue relacionadas aos três povos indígenas da província do Chaco, na Argentina, entre os anos de 1983 e 2016. O artigo principia fornecendo um amplo panorama desta província argentina que é a que apresenta a maior diversidade linguística e cultural no país, com os povos Toba (família Guaycuru), Mocoví (família Guaycuru) e Wichi (família Mataguaya) constituindo 3,9% da população. Assim como no Brasil, na década de 1980, conseguiu-se estabelecer uma legislação progressista na Argentina, sob os auspícios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que representou um marco legal importante no reconhecimento dos direitos indígenas, tendo poder vinculante para os países signatários e vindo a permitir anos mais tarde a institucionalização da educação intercultural bilíngue, criando-se um mecanismo de participação permanente dos povos indígenas em sua política educacional. O artigo avalia em detalhe como em sua primeira etapa a educação intercultural bilíngue no Chaco enfrentou desafios relativos à visibilização da diversidade etnolinguística, às demandas de alfabetização bilíngue e ao papel dos professores indígenas. Após discutir como, em um segundo momento, questões como plurilinguismo e interculturalidade se tornam preponderantes, o artigo

conclui que o conceito de interculturalidade, ainda não plenamente realizado, impõe que não apenas se incorpore conteúdos relativos às culturas indígenas, mas crucialmente coloque-os em diálogo com os modelos da sociedade dominante, não os restringindo como uma questão exclusivamente do interesse das comunidades indígenas.

Contamos ainda neste número com uma contribuição crucial, vinda da Austrália, país pioneiro em metodologias e experiências de revitalização, apesar de uma história de colonização das terras aborígenes que causou o desaparecimento de muitos povos e, conseqüentemente, da maioria das línguas originárias no país. Uma comparação entre as conquistas do Brasil e da Austrália revela similaridades e diferenças instigantes. No artigo “Kurna reclamation and re-introduction”, Amery trata de uma rara experiência de sucesso. Uma das cerca de 300 línguas originárias, hoje chamadas, na Austrália, de “adormecidas”, o Kurna, outrora falado no sudoeste australiano, foi considerado em extinção já no primeiro período da colonização. O processo de “reclamação” de sua língua aparentemente perdida, por parte dos descendentes Kurna, e de seu ressurgimento, nos últimos 25 anos, foi possível graças à rica documentação deixada sobretudo por missionários em livros e documentos, que uma metodologia competente, no âmbito de um projeto participativo, conseguiu explorar ao máximo como fontes de dados lexicais e de informações gramaticais. Não podemos deixar de notar que, diferentemente do Brasil, a “reclamação linguística” kurna, assim como outras, recebeu e continua recebendo apoio governamental. É interessante observar como os primeiríssimos passos foram dados através da composição de cantos, fenômeno observável nos casos de incipiente revitalização no Brasil. Finalmente, na parte dedicada à “reintrodução” do Kurna, Amery relata o processo de organização política em centros e instituições onde são concebidas e a partir de onde são implementadas iniciativas que estimulam a presença audível e visível do Kurna no tecido urbano. Amery também mostra que um processo de revitalização que começa nas escolas, urbanas, só pode ter continuidade e algum sucesso quando passa do domínio escolar para o doméstico, engatilhando algum tipo de transmissão de uma geração a outra. A revitalização do Kurna coloca em cheque às previsões de linguistas que consideravam impossível o despertar de uma língua “adormecida” e a documentação de línguas vivas como a única tarefa viável. Seguir os passos desta história recente, na contramão da história colonial, oferece sugestões e aponta caminhos para iniciativas semelhantes no Brasil e alhures.

Voltamos ao Brasil, onde, nos últimos anos, o ressurgimento de línguas consideradas extintas parece contrariar as expectativas pessimistas de vários especialistas e caracterizado iniciativas locais sob o controle de comunidades nativas. São iniciativas associadas, como dissemos, à luta pela terra, que contam com esporádicos apoios institucionais, em um contexto de inexistência de qualquer política linguística do Estado e de governos. O Brasil não é exceção no movimento global de “retomadas” de línguas originárias. Aqui estamos assistindo, nos últimos anos, à intensificação crescente deste fenômeno, que acompanha, significativamente, a reivindicação de garantias e proteção dos territórios indígenas. “Terra & Língua” é um binômio da luta pelo reconhecimento de identidades e defesa de direitos constitucionais coletivos. Este pode ser considerado o “núcleo duro” dos processos de revitalização em curso. Os artigos de Franchetto e Godoy e de Bonfim tratam de dois casos emblemáticos.

Franchetto e Godoy documentam, em “Primeiros passos da revitalização da língua guató: uma etnografia”, o reaparecimento da última língua indígena do Pantanal mato-grossense, cuja morte foi decretada ainda nos anos cinquenta do século passado. Acompanhamos os autores no trabalho de pesquisa documental e de campo com os dois últimos falantes, ou “lebrantes”, “descobertos” num canto isolado do Pantanal e na periferia da cidade de Corumbá. É preciso dizer que este trabalho começou como resposta a um apelo dramático vindo dos Guató de Mato Grosso, mobilizados em torno de uma terra indígena ainda não garantida e reagindo a séculos de exploração e aniquilamento, e está motivando oficinas e a produção de materiais de revitalização. Os autores falam de conquistas e insucessos e do horizonte incerto do esforço empreendido, que continua graças ao comprometimento dos Guató e da equipe de pesquisadores.

O vínculo entre terra e língua está no âmago do artigo de Bomfim, doutoranda indígena no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ. Em “Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó”, Bomfim sintetiza, admiravelmente, a longa história de resistência ao esbulho, violências e marginalização da qual o povo Pataxó foi vítima ao longo de séculos, o que resultou, também, na agonia de sua língua originária. A resistência pataxó está na base do trabalho do Atxohã, grupo de pesquisadores e professores indígenas que inclui a autora, que há quase vinte anos lidera uma pesquisa autônoma para recolher registros linguísticos em documentos históricos e na memória dos últimos anciões. Todo esse esforço coletivo resultou no início do resgate criativo do Patxohã, nome com o qual foi batizada a “nova” língua ressurgida. O texto de Bomfim é de uma riqueza inigualável e de uma força contagiante. Coincidindo com a publicação deste número da revista *Linguística*, está acontecendo mais uma oficina de estudos do Patxohã na Aldeia Velha, município de Porto Seguro, ao sul do estado da Bahia. Mais uma vez, os Maxakali são convidados para apresentar a sua língua, ainda falada, consolidando uma reaproximação e uma aliança rompidas pelas vicissitudes da conquista do litoral atlântico e seus interiores.

Os três artigos que encerram este número da Revista *Linguística* são frutos do acordo realizado entre a UFRJ e a Massey University da Nova Zelândia, que permitiu trazer ao Brasil para ministrar aulas no POSLING-UFRJ e visitar a Terra Indígena Kaingang de Nonoai, professores da Massey University, envolvidos no estudo e desenvolvimento de diferentes aspectos do programa *Kohanga Reo*, os ninhos de língua Maori da Nova Zelândia, a saber, as micro-políticas linguísticas no domínio familiar, o resgate do *Te Reo*, a língua Maori, como política de descolonização e, finalmente, a possibilidade de compartilhamento do *Kohanga Reo*, em uma proposta de diálogo intercultural entre o povo Maori de *Aotearoa, NZ*, e o povo Kaingang do Brasil.

O artigo de Arianna Berardi-Wiltshire, intitulado “Endangered languages in the home: The role of family language policies in the revitalisation of indigenous languages”, resultou, como reconhece a autora, de duas aulas ministradas por ela no POSLING/UFRJ, no segundo semestre de 2016, em que foram desenvolvidas reflexões sobre o papel das micro-políticas familiares na revitalização linguística. A autora inicia por uma revisão ampla do campo de política e planejamento linguístico, discutindo como a política de língua no âmbito da família, embora constitua uma área de pesquisa relativamente

nova, tem importância fundamental para entenderem-se questões que a autora agrupa em três temas, cada um deles correspondendo a uma seção do artigo, a saber, as ideologias linguísticas no âmbito da família, gerenciamento e práticas de uso linguístico na família e as implicações da política linguística familiar para a educação.

Em “Te Reo Māori: analysing the colonial history of the native Māori language of Aotearoa (New Zealand)”, Krystal Te Rina Warren, ela própria, professora da etnia Maori, com participação direta em programas de revitalização da língua Maori, faz um mergulho na história Maori, desde seu mito de origem que, como explica a autora, é reafirmado na bandeira Maori. O artigo revisa conceitos fundadores da cultura tradicional para chegar ao período da colonização, em que são avaliados o impacto sofrido pela cultura Maori e as respostas dadas pelo povo para garantir a sua sobrevivência. Temos aqui uma oportunidade única de conhecer a trajetória Maori a partir de uma visão de dentro, apreciando a formidável resistência contra uma legislação colonial opressiva, pela narrativa da experiência de quem viveu a opressão e o resgate em curso que, nas palavras da autora, consiste em “um rejuvenescimento de *mana*, o espírito Maori”. A autora conclui que, como Maori, vê que há muito a comemorar pelo que já foi alcançado, mas que ainda há também muito a fazer para se garantir a sobrevivência da língua e da cultura Maori, completando-se a desconstrução das estruturas coloniais e afirmando entre o povo Maori o amor por sua língua e cultura, para que seus valores possam também nutrir “os corações e mentes de todos os cidadãos de Aotearoa”. O artigo termina com um apelo a todas as pessoas do mundo para que prestem atenção à importância das línguas indígenas, para que elas não sejam perdidas, levando consigo seus *taonga*, valores únicos, tesouros.

O artigo final deste volume pode ser entendido, talvez, como uma tentativa de resposta ao apelo de Te Rina e também a um dos anciãos fundadores da Universidade Maori de Otaki, que afirma a importância de a experiência Maori vir a ser compartilhada, alcançando outros povos. Nascimento, Chang e Maia descrevem o projeto KANHGÁG VĨ MRÉ ĘG JYKRE PĚ JAGFE, que tem como objetivo a criação de um ninho de língua Kaingang, a partir de uma proposta de diálogo intercultural entre os Kaingang da Terra Indígena Nonoai e o povo Maori da Nova Zelândia. O texto inicia por uma revisão breve da questão das línguas em perigo de desaparecimento, passando a uma apresentação do povo indígena Kaingang, focalizando especificamente na Terra Indígena Nonoai, de que se faz um levantamento sociolinguístico preliminar. O artigo descreve, em seguida, a viagem de uma comitiva de pesquisadores da Nova Zelândia, filiados à Massey University, composta pelas professoras Arianna Berardi-Wiltshire, Beatrice Mari Te Ropata Hei, Te Rina Warren, à comunidade Kaingang de Nonoai em outubro de 2016, para conhecer de perto a realidade educacional e sociocultural do povo Kaingang, e apresentar um relato da experiência de revitalização da língua Māori para professores, lideranças e outros membros da comunidade Kaingang, além de autoridades municipais e estaduais. O projeto em curso, de caráter interinstitucional e internacional, além de intercultural, apoia-se no acordo entre a UFRJ e a Massey University, prevendo, como próxima etapa, viagem da equipe brasileira a Nova Zelândia, para conhecer *in loco* a realidade dos ninhos de língua e da Universidade Maori de Otaki, que prepara os professores para atuarem nesses ninhos, já tendo sido obtidos apoios do CNPq e da CAPES para a visita.

A motivação inicial que nos mobilizou para organizar este número temático da revista *Linguística* foi a percepção clara de que tinha chegado o momento de explicitar, para um público mais amplo, duas questões maiores e entrelaçadas. Estamos falando do papel central da linguística, com sua diversidade teórica e metodológica e com as potencialidades de aplicabilidade dos conhecimentos acumulados, na solução de problemas extremamente atuais e concretos. São questões que colocam em primeiro plano algumas das falhas da educação (escolar) básica e a urgência de atender à crescente demanda por intervenções competentes para reformular as práticas escolares e para fazer avançar a salvaguarda e revitalização de línguas minoritárias e ameaçadas. A maioria destas últimas, no Brasil, é constituída pelas línguas indígenas que ainda sobrevivem e resistem apesar de cinco séculos de colonização e de um sistema educacional que ainda está enraizado na ideologia que entrona a “língua nacional” como única e soberana e exclui a diversidade linguística por ser o obstáculo para uma suposta “integração nacional”. Temos em mãos agora um conjunto de contribuições que colocam em cheque as políticas linguísticas vigentes, oficializadas ou implícitas, e que nos trazem experiências e dilemas não apenas brasileiros.

Referências

FRANCHETTO, B. 2003. “As artes da palavra”. *Cadernos de Educação Escolar Indígena*, v. 2, n. 1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2003. p. 19-51.

FRANCHETTO, B. (org.). 2010. *Pesquisas Indígenas na Universidade*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-RJ.

MAIA, M. A. R.. 2006. *Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC/SECAD), 2007. v. 5000. 268p.

MAIA, M. A. R.; FRANCHETTO, B. ; STORTO, L. ; SANDALO, F. 2002. A Construção do Conhecimento Linguístico: do Saber do Falante à Pesquisa. *Cadernos de Educação Escolar Indígena*, Cuiabá, MT, v. 1, p. 47-78.

OLIVEIRA, R. C.; SANTOS, G. M. F.; JANUARIO, E.. *Aprendendo Linguística na Faculdade Indígena* . Barra do Bugres / MT: UNEMAT, 2010. v. 1. 1p . 288p.